



Tema: "Devem pagar-se propinas nas Universidades e nos estabelecimentos do Politécnico? A que níveis? Tendo em conta que são hoje de 1200 escudos por ano e que os custos médios de um estudante univer-

sitário são de cerca de 350 contos, qual poderia ser um montante indicativo, a pagar? Caso defenda o pagamento de propinas, deveriam ser iguais para todos os cursos?"

A Universidade não é uma creche

Lúis Moniz Pereira

Em Latim "propina" significa "para beber". No Francês originou "pourboir", o que em Português significa "gorjeta", de "gorja" (garganta). Originalmente, os Estudos Gerais (precursores do Ensino Superior), aceitavam o pagamento de uma gratificação em troca de serviços prestados. Hoje, já não se pretende que o Ensino Superior português estatal subsista à custa de gorjetas. Ou pretende?

Constatado o seu mínguo e mínguante financiamento, não espantaria que alguns docentes com mais iniciativa comessem a passar o chapéu para colecta de "propinas", no fim de cada aula. Em minha opinião tal seria incorrecto. Não se deve pretender que a coroaça de propinas tenha como finalidade que o aluno pague os custos no todo ou em parte, do ensino recebido ou a receber, por razões a explicar abaixo. Tais custos competem ao Estado, sem o que se não pode garantir a democraticidade de acesso e frequência do Ensino, em especial do Superior pois é mais caro.

Que finalidade poderá então ter a imposição de propinas? Como obviar a que não fique prejudicada a necessária e constitucional igualdade de oportunidades?

A meu ver, a finalidade das propinas não deverá ser nunca a de custear o ensino (e já agora a investigação que garante a sua qualidade), mas outro sim a de contribuir para a eficiência do sistema em termos de custos/benefícios. Neste caso os benefícios medem-se grosso modo pela quantidade e qualidade dos diplomados e os custos pelos recursos necessários para os produzir, em termos de professores, instalações, burocratas, e outros.

Ora grande parte dos custos, sem que daí advinha um desejável benefício marginal, resulta do número adicional de turmas requerido para conter alunos que jamais concluirão com êxito os seus cursos, e/ou alunos com uma elevada taxa de retenção. E, sobretudo, acrescenta a estes o grande número dos que se inscrevem em muitas disciplinas sabendo de antemão que não lhes será possível fazer todas. Frequentemente, não chegam a efectuar o respectivo exame nem a ser reprovados. Teoricamente, e sublinho o teoricamente, a terceira reprovação numa disciplina não permite ao aluno inscrever-se na

mesma Escola. Mas ele poderá nesse caso mudar de Escola.

Assim, o sistema de ensino encontra-se prejudicialmente inflacionado com alunos que não concluirão nunca o curso, e com alunos com taxas de inscrição e de retenção excessivas. Todos eles ocupam o lugar de outros que tirariam maior proveito dos recursos disponibilizados.

Ensino Superior: creches de jovens adultos

Por outro lado, as instituições de Ensino Superior não podem ser usadas como creches de jovens adultos à espera que a família lhes encontre uma solução de independência, para eles de preferência mais tarde. Tanto mais que uma grande parte, se devidamente incentivada para o trabalho pela família e cultura social e com melhores condições de ensino, teria sem dúvida maior êxito.

Como incentivar os alunos indolentes, através das propinas, a melhorar o seu rendimento escolar ou a abandonar de vez o Ensino Superior? O pagamento de uma propina mais vultuosa, por cada inscrição numa cadeira, permitiria atingir esse objectivo, actuando como mecanismo regulador da inflação referida.

Tais propinas não deverão depender do conteúdo ou curso da cadeira, mas apenas da sua duração. De outro modo, as opções dos alunos por cursos mais baratos, e das Escolas por cursos mais rentáveis, enviazariam espúriamente a produção de diplomas relativamente às necessidades do país. O seu montante, por outro lado, não deverá ter relação com os custos reais do ensino pois, por razões que voltarei a enfatizar adiante, não deve ser sua finalidade contribuir para tais custos.

E quanto aos que não podem pagar? E os que podem devem pagar mais?

As propinas que proponho não deverão distinguir entre os dois casos, mas sim entre os que são capazes e atingem uma média pré-estabelecida mínima, e os que não são capazes ou não se esforçam por tal. Caberá não às propinas mas ao sistema de impostos a justa e global redistribuição de riqueza.

A referida média mínima seria calculada dividindo a soma das notas obtidas pelo número total de inscrições em cadeiras, e não apenas pelo número de cadeiras passadas. Aos que atingissem tal média, digamos por exemplo de 14, ser-lhes-ia automaticamente dispensada a propina em qualquer acto de inscrição; aos restantes ser-lhes-ia cobrada uma propina moderadora e moralizadora dos hábitos de estudo, da ordem dos poucos milhares de escudos, não descontável nos impostos. A burocracia envolvida seria mínima e pouco dispendiosa.

As receitas das propinas assim provenientes dos alunos seriam depois usadas exclusivamente para conceder, pela própria Escola, um certo número de bolsas de estudo aos estudantes mais necessitados, começando pelos de maior aptidão. Não seriam pois utilizadas para substituir o Estado na sua obrigação de financiamento planeado e adequado ao Ensino Superior, nem para o isentar de conceder bolsas de estudo adicionais.

Bolsas para propinas?

E que dizer da alternativa de cobrar propinas mais próximas do custo real anual de um aluno, acompanhadas de um esquema generalizado de bolsas para propinas? Não é desejável.

Primeiro, porque a sua gestão seria demasiado dispendiosa, desperdiçando grande parte das receitas. Segundo, porque não resolvia o problema da inflação de inscrições em cadeiras. Terceiro, porque seria um pretexto para diminuir ainda mais o orçamento das instituições do Ensino Superior, de imediato, com base em hipotéticas bolsas que tudo leva a crer não seriam criadas em quantidade suficiente, ou que em cada ano poderiam sofrer cortes. Quarto, porque nem o Governo nem o Ministério da Educação têm credibilidade, junto dos meios académicos, para que uma tal medida, que foge ao controlo destes, fosse bem-vinda.

Na verdade, o financiamento ao Ensino Superior e respectiva investigação não é, na não piorado passada a fanfarra nos "meios", pois o que se pretende é tão só, e muito merceiristicamente poupar, transformando as Universidades e os Politécnicos numa espécie

de mulheres-a-dias da Indústria e dos Serviços e em meros produtores em massa de clientes de diplomas, aqui e agora, obliterando as funções mais nobres que lhes cubem.

A quem cabe, por exemplo, a responsabilidade do avanço do conhecimento universal como valor humano inalienável reconhecido pelas sociedades civilizadas? As universidades, não é verdade? Em Portugal não. Em Portugal, a ninguém.

Como esconder isso ainda mais? E como lavar as mãos da incapacidade em proporcionar ensino superior a todos os portugueses aptos? Nada mais fácil. Dê-se "autonomia" e criem-se propinas para sustento. Depois, enxute-se a água do capote, assacando a responsabilidade do fracasso às instituições de Ensino Superior pretensamente autónomas.

Precedentes negativos

Precedentes não faltam. O Programa (Des)Mobilizador para a Ciência e Tecnologia da JNICT, que durante dois anos não abriu concursos, este ano não tem naturalmente dinheiro que chegue para os projectos de qualidade apresentados. O Programa que para a maioria dos investigadores ficará conhecido como o (Pa)Ciência, arrancou com um ano de atraso e os financiamentos significativos só ocorrerão para o ano, mais próximo das eleições. O INIC, Instituto Nacional de Inactividade Científica, que há dois anos aceitou propostas para a criação de novos Centros não criou ainda nenhum, pelo contrário extinguiu alguns e continua em reestruturação (leia-se indefinição) permanente. Etc.

Mas infelizmente, e apesar da sua falta de credibilidade junto dos meios académicos, o Ministério da Educação e o Governo sabem, dados estes e outros precedentes tais como "a autonomia sem meios" e as propostas de Estatutos de Carreira Económicos, que os mesmos meios académicos virão a aceitar docilmente... apenas umas gorjetas mais. Porque? *

* Colaboradora da Universidade Nova de Lisboa
As opiniões aqui expressas são-se a título individual.
O título e os subtítulos são da responsabilidade do PÚBLICO.